

# Exigência de bacharelado em Direito para ingresso no oficialato da PM gera polêmica

(Foto:Reprodução) – Dois projetos relacionados à Polícia Militar foram retirados de pauta da reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CCFO) e de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (12).

O próprio Poder Executivo, após ouvir os presidentes da CFFO e da CCJ, respectivamente, Júnior Hage (PDT) e Ozório Juvenil (MDB), pediu a retirada dos projetos para ampliar o debate.

Durante a sessão ordinária, antes da reunião, entidades representativas dos policiais estiveram nas galerias. O principal alvo da manifestação das entidades foi o projeto que trata do ingresso na corporação.

Essa matéria tem como critério principal a exigência do bacharelado em Direito para o ingresso no oficialato da PM.

O presidente da CFFO informou que esse projeto já vinha sendo alvo de diálogo entre ele, deputado Ozório (presidente da CCJ), e deputado Chicão (líder do Governo – MDB) e o Governo do Estado, por meio do alto comando da PM. “E o resultado desse diálogo foi justamente a retirada de pauta para ampliar o debate em torno do projeto”, enfatizou.

Ao analisar o texto da proposta, Hage destacou que “isso afetou especialmente os praças que anseiam ascender ao oficialato da PM. Essa prerrogativa de formação em Direito, agora, barra o sonho de praças, soldados e cabos, que estão formados em outras áreas do conhecimento e vinham se preparando para ascensão ao oficialato”, explicou Hage. O

deputado Eliel Faustino (DEM), assim como diversos parlamentares, pediu a retirada do projeto. E sugeriu que o governo elaborasse uma regra de transição para que, com o tempo, possa ser estabelecida a exigência do Curso de Direito. O deputado Júnior Hage disse que essa poderia ser também, talvez, uma saída a ser aplicada futuramente. O importante, no entanto, é que o debate em torno do projeto, foi ampliado sem pressão do tempo e de forma democrática, observou Hage.

Na Mensagem o Poder Executivo enfatiza que os oficiais em suas missões diárias exercem atividades que demandam conhecimentos jurídicos, como a prisão em flagrante, Inquérito Policial Militar (IPM) etc.

Atualmente, a formação de um oficial da PM ocorre numa média de três anos, com mais de 50% da carga horária voltada ao exercício da atividade jurídica, com disciplinas do Direito Penal, Processo Penal, Constitucional, Administrativo, Civil, Penal Militar etc.

Outra proposta retirada de pauta foi o Projeto de Lei Complementar nº 8, que traz mudanças à Lei da Organização Básica (LOB) da PM trata da reestruturação da corporação nos seus em três níveis: direção (geral, intermediária e setorial), execução e apoio (com seus respectivos órgãos).

Fonte: RG 15 / O Impacto com informações da Comunicação Alepa

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail:

adeciopiran\_12345@hotmail.com